

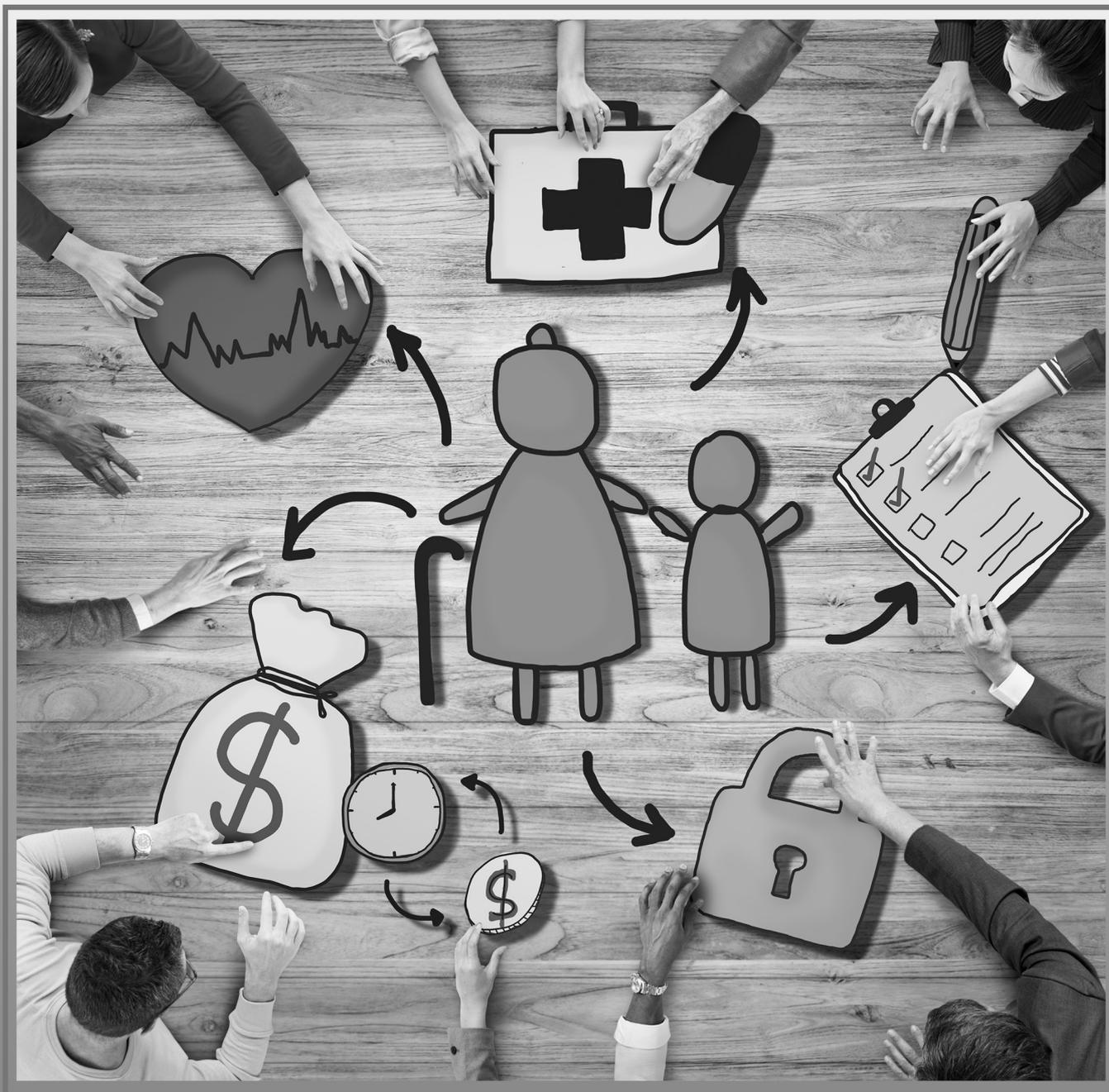


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8	76
FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3402029078	
CAPÍTULO 9	87
A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO	
Patrícia Quinto Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3402029079	
CAPÍTULO 10	99
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290710	
CAPÍTULO 11	112
RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO	
Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos	
DOI 10.22533/at.ed.34020290711	
CAPÍTULO 12	122
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS	
Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francely dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.34020290712	
CAPÍTULO 13	132
TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	
Gláucia Maria Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.34020290713	
CAPÍTULO 14	141
DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER	
Maria Auxiliadora de Castro Coutinho	

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 28/04/2020

Eugênia Aparecida Cesconeto

Professora Doutora da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Toledo – Paraná
ORCID: 0000-0003-0543-5401

Monica Pereira

Assistente Social no Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits de Francisco Beltrão-PR
Francisco Beltrão – Paraná
ORCID: 0000-0002-2685-4093

Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji

Professora e advogada orientadora no Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito no Centro Universitário de Cascavel – UNIVEL
Cascavel – Paraná
ORCID: 0000-0003-3867-4687

RESUMO: O artigo¹ tem por objetivo apreender a responsabilização familiar no contexto do atendimento socioeducativo. Privilegiou-se as famílias de adolescentes em conflito com

1. Uma versão desse artigo foi apresentado no III congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, em 2019 na cidade de Londrina.

a lei, público este marcado, historicamente, por ações conflituosas resultante de carência de acesso a direitos, onde prevalece e, por vezes se sobressaem às ações de punição e repressão. Nesse sentido, a instituição família na sociedade capitalista de produção é colocada em evidência ao expressar questões das desigualdades sociais, a violência, a negação de direitos aos que via de regra deveria proteger. A proposta metodológica é de caráter bibliográfico e, resultado da experiência acadêmica e profissional das autoras.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social; Adolescente em conflito com a Lei; Família.

ADOLESCENTS IN CONFLICT WITH THE LAW: ASPECTS OF FAMILY ACCOUNTABILITY

ABSTRACT: The aim of this article is to understand family responsibility in the context of socio-educational care. Families of adolescents in conflict with the law were privileged, a public that has historically been marked by conflicting actions resulting from a lack of access to rights, where punitive measures and repression are prevalent. In this sense, the family institution

in capitalist production society is put in evidence when expressing questions of social inequalities, violence, denial of rights to which it should generally protect. The methodological proposal is of bibliographic character and result of the academic and professional experience of the authors.

KEYWORDS: Social Policy; Adolescent in conflict with the Law; Family.

1 | INTRODUÇÃO

As crianças e adolescentes nem sempre foram reconhecidos como sujeitos portadores de direitos - como nos conta a história, visto que carregam no seio de sua trajetória alguns estigmas, formas e expressões que são expressões particulares desse segmento como, por exemplo: “menor”, “menor delinquente/infrator”, “menor em situação irregular”, “objeto de vigilância”, entre outros. Foi somente ao final do século XX, que o Estado passou a ter maior preocupação para com as questões referentes ao atendimento à criança e ao adolescente e aos poucos as diversas formas de nomeá-los foram sendo substituídas pela designação “crianças e adolescentes”, “adolescente em conflito com a lei”, “proteção integral” e “sujeitos de direitos”. (JASMIN, 1986).

O contexto histórico social permite identificar as representações sociais frente à temática criança e adolescente, tem-se: 1) objeto de proteção social no Brasil Colônia; 2) objeto de controle e de disciplinamento no início do Brasil – República; 3) objeto de repressão social em meados do século XX; e, 4) sujeitos de direitos a partir das décadas de 80 e 90 (PINHEIRO, 2004).

No que se refere aos avanços na política de atendimento à criança e ao adolescente, a instituição família merece destaque, especialmente as famílias de crianças e adolescentes das classes trabalhadoras, aquelas que não possuem os meios necessários para prover suas necessidades básicas. Nesse sentido, vale a análise a cerca da instituição família, mas para além do arranjo familiar.

Reconhecendo a importância da família na vida de crianças e adolescentes, considerados pessoas em desenvolvimento a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, artigo 6º, o presente artigo visa apreender a responsabilização familiar no contexto do atendimento socioeducativo a partir da sua desafiadora função de ser a unidade “responsável” pela proteção e garantia do bem-estar físico, mental de adolescentes em conflito com a lei², público este, marcado historicamente por ações conflituosas, onde prevalece e privilegia ações de punição e repressão.

2 | A FAMÍLIA NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

A legislação brasileira, em específico a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da

2. O adolescente em conflito com a lei refere-se àquele que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 103, cometera um crime ou contravenção penal (BRASIL, 2019).

Criança e do Adolescente (1990), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2012), voltada a criança e ao adolescente reconhece e preconiza a família, enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos (BRASIL, 2006, p.15).

As crianças e adolescentes têm direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Fazendo referência ao artigo 227, capítulo VII, da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, define que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o seu direito [...] à convivência familiar comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão” (BRASIL, 2019).

O papel familiar muda de acordo com a conjuntura histórico social. Antes da invenção das máquinas, a economia estava baseada nas atividades de cunho artesanal e agrícola, os papéis familiares eram divididos de maneira que, “o homem, pai de família, era responsável pelo sustento da sua esposa e de seus filhos. A mulher por sua vez, tinha a função de cuidar da casa e de seus filhos, ser bondosa e obediente ao seu esposo” (GRISARD FILHO, 2016, p. 134) e os filhos também tinham suas atividades separadas por sexo, assim como os seus pais. Porém com a modernidade houve avanços, tanto legislativo quanto social, pois “[...] com o surgimento da indústria, a família teve que se adequar à nova realidade de produção de trabalho, levando os pais, dentro da família nuclear, a se dividirem nas tarefas e, conseqüentemente, diminuir o cuidado com a educação dos filhos” (BARRETO; RABELO, 2015, p. 36). Mas ao mesmo tempo ampliou a participação do Estado na proteção dos membros da família conjunta ou isoladamente.

Na Constituição Federal (2019a), em seu artigo 226, parágrafo 4º e o Estatuto da Criança e do Adolescente (2019), em seu artigo 25, têm a família como aquela entidade “formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”, conceito este que de acordo com o Plano Nacional de Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes (2006), não supre a necessidade de se compreender a complexidade e riqueza dos vínculos familiares e comunitários que podem ser mobilizados nas diversas frentes de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A família do início da sociedade burguesa se tornara uma entidade em cujo seio a sociedade agia, um “lugar de adestramento para a adequação social”, ou seja, tinha a função de formar homens, com o objetivo de satisfazer as tarefas impostas pelo sistema socialmente construído (ADORNO; HORKHEIMER, 1981 e ESMERALDO, 2011, p. 20 e 217). Os filhos de famílias trabalhadoras foram inseridos no processo produtivo como escravos do trabalho.

O período da Revolução Industrial caracterizava-se por apontar significativas transformações econômicas sociais e políticas, apresentando mudanças na sociedade brasileira. Registra-se nesse espaço de tempo um acelerado processo de urbanização

ocasionado pela aglutinação de grandes contingentes de força de trabalho (OSTERNE, 1986, p. 27). Desse modo, a massa trabalhadora passa a habitar nas grandes cidades, em busca de atendimento às suas necessidades básicas, submetendo-se assim à exploração da sua força de trabalho em troca de salários miseráveis, resultando na precarização das condições de vida. Houve um acelerado crescimento urbano industrial e, conseqüentemente, o agudizamento das expressões da “questão social”³. A “questão social” diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista, impensáveis sem a intermediação do Estado (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

Nessa perspectiva Sales (2007, p. 68), destaca o tamanho do desafio da família das classes trabalhadoras no Brasil dos anos 90 e deste início de novo século, qual seja, “o desafio de ‘ser dois e ser dez e ainda ser um’⁴.” Na atualidade, tomando como referência as transformações do mundo do trabalho no modo de produção capitalista, que traz a família tão somente como reprodutora de mão-de-obra, tem-se uma instituição que sofre com invisibilidade do Estado no que se refere à implementação de políticas sociais, além disso, sofre com o desmantelamento de sua representação em face ao afeto, à socialização, proteção, educação, cultura, dentre outros.

Na medida em que se torna patente às incapacidades do Estado em prover o conjunto de interesses dos membros da família, estes, por consequência, passam a demandar de alguns deles, de forma incisiva, o atendimento de suas necessidades, dos seus desejos, bem como, as de consumo (ESMERALDO, 2011).

No que diz respeito ao segmento estudado neste artigo, o adolescente, tem-se uma pessoa com desenvolvimento interno envolvido em contextos relacionais, cujos sistemas de valores e influências de grupos provocam a necessidade de assumir diversas representações que se tornam conflitantes, pois, a necessidade de segurança e apoio num período considerado conflitivo do ponto de vista mental, emocional, físico e social faz com que o adolescente possa apresentar um comportamento “rebelde” aos padrões sociais instituídos (BEDENE, 2010 e BARRETO; RABELO, 2015 p.37). Da mesma forma, os adultos/pais vivem a ruptura do equilíbrio no desempenho de seu papel, portanto, existe esforço e sofrimento para ambos, exigindo respostas a realidade que se apresenta os adolescentes ao serem chamados a cumprir as exigências para o alcance dos estereótipos sociais, podem por vezes, perder a proximidade intrafamiliar. “Interrompe-se as possibilidades de diálogos, de construções coletivas e de projetos comuns, atenuam-se os laços” (ESMERALDO, 2011, p. 47).

A vida familiar sofre modificações que causam impactos fenomenais sobre “os

3. Optou-se por redigir a expressão ‘questão social’ entre aspas, porque em si mesma esta é expressão conservadora. É designação que o conservantismo do século XIX deu às manifestações das lutas de classes. A expressão não é inocente (NETTO, 2003, p. 24).

4. Frase inspirada na poesia “Das Margaridas”, referindo-se à solidariedade e ao projeto que representa a família, ainda mais necessários entre os que não têm outro tipo de suporte institucional (SALES, 2007, p. 68).

tradicionais mecanismos de solidariedade familiar, considerados elementos básicos de proteção dos indivíduos e anteparo primário contra as agressões externas e a exclusão social” (PEREIRA, 1994, p. 4 e SALES, 2007, p. 71). Os mecanismos de apoio familiar atingem um formato de interação limitada e precária. As mudanças, de acordo com Sales (2007), recaem sobre as famílias e exigem recursos, energias, mobilização e adequação em termos de estratégia domiciliar, especialmente quando se refere ao cuidado com seres mais dependentes, dentre eles, os adolescentes.

Essa realidade exige que os adolescentes das classes menos favorecidas entre precocemente para o mundo do trabalho, amplia-se a exploração da mão-de-obra, conseqüentemente baixos salários e o acúmulo de jornadas de trabalho, na busca pela satisfação das necessidades, em especial na conjuntura atual, onde o trabalho se reconfigura, destaca-se: “1 - as transformações das relações de trabalho; 2 - a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêm seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados” (YAZBEK, 2001, p. 33-34).

A pobreza hoje faz parte da experiência diária da população Telles (1998), “[...] como face da mão de obra barata, parte intrínseca do capitalismo cria uma população sobrando, que não encontra um lugar reconhecido na sociedade, que transita à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas” (*apud* YAZBEK, 2001, p. 35), o que implica na disseminação do desemprego, do trabalho precário, instável, intermitente, dentre outras transformações.

As transformações na organização do trabalho resultam na debilidade da saúde dos trabalhadores, no desconforto da moradia precária, na alimentação insuficiente, na fome, na ignorância, na resignação, na revolta, na tensão e no medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos da sociedade. Sinais esses

[...] que expressam também, o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la e, sobretudo a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do estado brasileiro. Incompatibilidade legitimada pelo discurso, pela política e pela socialidade engendrados no pensamento neoliberal que, reconhecendo o dever moral de prestar socorro aos pobres e “inadaptados” à vida social não reconhece seus direitos sociais. (YAZBEK, 2001, p. 35).

O empobrecimento social incomensurável, de acordo com Esmeraldo (2011), gerado pelo modo de produção capitalista, expresso no sistema concentrador de renda e ampliado pela falta de políticas sociais, faz com que diversos comportamentos ditos adversos se instalem no seio familiar. Uma das condições postas para as famílias trabalhadoras é a ausência dos adultos na vida de crianças e adolescentes, as violências, advindas dentre outros fatores pela exaustiva sobrecarga de trabalho ou pela busca dele. Decorre daí, uma escassa disponibilidade de tempo para as relações pessoais, especialmente no âmbito familiar. Essa ausência, “leva o adolescente a estabelecer outros laços na

comunidade, muitas vezes bastante desviante”. Nesses casos, os adolescentes acabam sendo “acolhidos e incentivados pela ‘comunidade marginal’, é nesse tipo de relação que adquirem respeitabilidade, autoestima, habilidade e autonomia” (ESMERALDO, 2011, p. 48). Os adolescentes e famílias expostos a essa realidade tornam-se sujeitos excluídos socialmente, bem como, desprotegidos/desassistidos pelos serviços sociais. Pois, na sociedade capitalista, os pobres e mendigos, inclusive crianças e adolescentes, historicamente, estiveram sujeitos à discriminação e rotulações diversas, estabelecendo assim um lugar diferenciado de atenção por parte do Estado. “Consequências passadas e presentes dessa lógica: o pauperismo de um lado, e o incremento de alternativas repressivas de outro, como a criminalização da miséria” ainda estão presente no contexto social atual (SALES, 2007, p. 68).

Verifica-se que, no que diz respeito à criança e ao adolescente, essa problemática vem desde os Códigos de Menores, que “[...] dividia as crianças e os adolescentes em ‘marginais’ ou ‘marginalizados’, por um lado, e, ‘integrado’ por outro. Valorizava a manutenção da ordem através da autoridade judiciária [...]”. As crianças e adolescentes pobres eram vistos como causadores da sua própria situação, e não seres submetidos à mesma “[...] eram vistos, de certa forma, como fora do sistema, enquanto marginais ou inimigos do sistema, enquanto infratores” (SILVA; MOTTI, 2001, p. 25). O Estatuto da Criança e do Adolescente

[...] vem consolidar e reconhecer a existência de um novo sujeito político e social que, como portador de direito e garantias, não pode mais ser tratado por programas isolados e políticas assistencialistas, mas deve ter para si a atuação prioritária de todos, constituindo-se num cidadão, independentemente de sua raça, situação social ou econômica, religião ou qualquer diferença cultural. (VOLPI, 2008, p. 34).

Depreende-se desse contexto que crianças e adolescentes pobres sempre foram estigmatizadas. Devido às consequências da “questão social” tem-se hoje um jovem produto de uma sociedade desigual e vítima de um sistema capitalista. A própria estrutura econômica e social condiciona à existência de indivíduos postos à margem, ou marginalizados, se deve aos efeitos do sistema capitalista nas suas mais variadas formas de expressões da “questão social”. Nesse sentido, existem cada vez mais crianças e adolescentes envolvidos com a criminalidade e o cometimento de ato infracional, que acabam sendo desqualificados enquanto sujeitos de direitos (VOLPI, 2008, p. 9).

Os vínculos familiares devem ser fortalecidos, posto que o adolescente, e aqui se incluem aqueles que cometeram ato infracional, tem o direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. O adolescente em conflito com a lei, sob essa perspectiva, não pode ser constantemente rotulado de irregular, marginal, antissocial.

Destaca-se a importância da família para o desenvolvimento e formação dos seus filhos, pois “[...] é da família para a sociedade que deve estar estabelecida a ordem de

projeção de valores, visto que os pais se constituem como primeiros educadores. Aqueles que formam os filhos para tornarem-se pessoas aptas ao convívio social.” (BARRETO; RABELO, 2015, p. 38). Aos pais cabe o papel de proteger, e a família aparece como lugar de apoio, cuidado e proteção dos filhos, porém é inegável que isso nem sempre se configura. Para Medeiros e Paiva (2015) não se deve ignorar as condições concretas de vida e a falta de acesso aos direitos sociais a que estão expostas grande parte das famílias, as quais se confrantam cotidianamente com problemas sociais como alcoolismo, violência doméstica, abusos e maus tratos à população infanto-juvenil, dentre outras expressões da questão social.

Ainda nos dias atuais, no contexto de atendimento ao adolescente em conflito com lei é possível observar que há a culpabilização da família pela situação de cometimento de ato infracional pelo filho e isso ocorre “[...] em relação às famílias mais vulneráveis socialmente e em geral se associa à ideia de que sua forma de organização é desestruturada contrapondo-se à ideia de existência de um modelo ideal de família, adequado aos padrões morais e sociais” (SZYMANSKI, 2005 e SARTÓRIO; ROSA, 2010, p. 559).

Diante dessa realidade imposta, o papel do Estado deveria assegurar ao adolescente e sua família o direito de inserir-se na sociedade independentemente da sua classe social (MARTINS et. al., 2014). O Estado possui a função de garantir a ele e sua a família o direito de ir e vir, com alternativas de inserção social, através de políticas sociais que atendam suas reais necessidades. Tem-se que as políticas sociais ofertadas no decorrer da história estiveram, em sua maioria, pautadas em ações correccionais repressivas extremamente rigorosas “despertando a discussão dos interesses públicos e privados, onde a juventude se torna alvo de pré-conceitos e estereótipos perante a sociedade” (MARTINS et. al., 2014, p. 210).

As políticas sociais direcionadas as crianças a aos adolescentes sofrem os impactos e limites impostos pela sociedade capitalista. Os adolescentes na sociedade capitalista de produção, além de vítimas das limitadas condições de vida da própria família, é também vítima da forma como se distribuem os benefícios sociais desta sociedade desigual. A partir desta realidade pode-se afirmar que “[...] uma família [...] está em ‘conflito’ junto ao adolescente que cometeu algum ato infracional. O comprometimento na coesão familiar, inclusive e particularmente em face às condições econômicas, marca o ‘desenraizamento’ desse adolescente”. (ESMERALDO, 2011, p. 50).

A maioria dos adolescentes, que hoje estão em conflito com a lei, vivem em conflito com si mesmos, com a sociedade, com a família e, de uma forma ou de outra, tiveram seus direitos fundamentais violados: a precariedade de viver em um ambiente não saudável, sem os mínimos necessários ao seu desenvolvimento, a falta de afeto familiar, não acesso à educação e ao trabalho, dentre outros. Além disso, carregam consigo o estigma de uma sociedade historicamente conservadora, que os encara como pessoas que “fogem às regras e padrões” ditados por essa mesma sociedade. E, dessa forma, são

tratados com preconceitos, com medo, com repressão, como “delinquentes”. A punição e o confinamento se mostram como as melhores alternativas aos olhos da população, pois na maioria das vezes, essas medidas apresentam resultados mais rápidos e “escondem” o problema. (ESMERALDO, 2011).

Diante do contexto ao qual estão submetidos às famílias e conseqüentemente os adolescentes em conflito com a lei, percebe-se a complexidade do tema devido às múltiplas causas envolvidas.

3 | CONCLUSÃO

Como visto, acreditava-se que a vulnerabilidade da família interferia de forma negativa no desenvolvimento da criança e do adolescente. A família em situação de pobreza era tratada como incapaz de criar e educar seus filhos, o que dava suporte para que o Estado interferisse, pois se acreditava que tinha maior escopo de proteção social.

Buscou a legislação estabelecer direitos inerentes à criança e ao adolescente com a pretensão de assegurar-lhes o desenvolvimento saudável, relacionados ao seu caráter especial de pessoa em desenvolvimento. Para tanto, divide a responsabilidade entre a família, a sociedade e o Estado e, considera a convivência social e comunitária baseada no respeito, na liberdade e na dignidade, além de coibir práticas prejudiciais ao pleno desenvolvimento.

A partir do reconhecimento da co-responsabilidade com vistas a garantia dos direitos dos adolescentes com a família, a instituição familiar passou a ser referência nas políticas de proteção social, inclusive a socioeducação, independentemente das alterações e mudanças nas composições e arranjos familiares, pois nas realidades acompanhadas ao contrário do que se propala os adolescentes autores de ato infracional mantém vínculo com pelo menos um membro da família.

A construção e efetivação desses direitos são desafios postos. Trata-se de envolver os adolescentes para que sejam protagonistas, bem como, as famílias e o próprio Estado, para que se busque a garantia de estrutura financeira e oportunidades reais, de não mais fazer parte das estatísticas que o avaliam como risco social.

Ao final deste artigo se pode destacar alguns pontos que não são novos, mas que ainda não foram completamente sanados e/ou esclarecidos, entre eles: que é essencialmente necessário subsidiar a capacidade que a família possui de efetivar suas responsabilidades. A família deve continuar a contar com o aparato social de orientação e assistência das pláticas de proteção social para o desenvolvimento/acompanhamento dos seus filhos e, possibilitar o acesso a bens e serviços necessários para a sua sobrevivência, favorecendo o encontro das condições propícias para desempenhar as suas funções afetivas e socializadoras e, quiça as possibilidades de superar suas vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS

- Adorno, Theodor. W.; Horkheimer, Max. (1981). Sociologia da família. In Canevacci, M. (org.). **Dialética da família**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- BARRETO, Maria J.; RABELO, Aline A. A família e o papel desafiador dos pais de adolescentes na contemporaneidade. In: Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC). **Pensando famílias**, vol.19, n.2. Porto Alegre, 2015.
- BEDENE, Marialva. R. **Caderno Temático**: Reflexões sobre o enfrentamento da indisciplina entre jovens, adolescentes - alunos matriculados no ensino fundamental. PDE. Universidade Fernando Pessoa, 2010.
- BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/PNCFC%20_%2028_12_06%20_%20Documento%20Oficial%20_2_.pdf/view>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências e atualizações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e atualizações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019a.
- _____. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2006.
- ESMERALDO, Michelle B. S. **Adolescência e ato infracional**: a família em conflito. Dissertação (Mestre em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17500/1/MichelleBSE_DISSERT.pdf>. Acesso em 10 fev. 2019.
- GRISARD FILHO, Waldir. **Guarda compartilhada**: um novo modelo de responsabilidade parental. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.
- IAMAMOTO, Maria Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis** 3. Brasília, ABEPS, jan/jun. 2001, p. 9-31.
- JASMIN, Marcelo G.. Para uma história de legislação sobre o menor. **Revista de Psicologia**, 4 (2). EFC. Fortaleza: jul/dez. 1986, p. 81-103.
- MARTINS, Daiane L. S. et. al. Criminalização da pobreza no Brasil: um olhar para a “proteção” das medidas socioeducativas. **Revista De Trabajo Social**, 11, ano 7 - FCH - UNCPBA. Jul/2014.
- NETTO, José Paulo. **Estado e políticas sociais**. Brasil - Paraná/ Organização de Francis Mary Guimarães, Maria Lucia Frizon Rizzotto - Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. A institucionalização da assistência ao menor no Brasil. In: **Revista de Psicologia**, 4 (2). UFC. Fortaleza: jul/dez. 1986, p. 27-33.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família**. DF, NEPPS / CEAM / UnB, Série Política Social em Debate nº7. Brasília, 1994.
- PINHEIRO, Ângela A. A. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 3, 2004. Maringá, 2004, p. 343-355.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa: Adolescentes infratores como metáfora da violência.** São Paulo. Cortez, 2007.

SARTORIO, Alexandra T.; ROSA, Edinete M. Novos Paradigmas e velhos discursos. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 103. São Paulo: Cortez, 2010, p. 554-575.

SILVA, Edson; MOTTI, Ângelo. **Estatuto da Criança e do Adolescente: uma década de direitos avaliando resultados e projetando o futuro.** Campo Grande-MS: UFMS, 2001.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. *In: CARVALHO, M. do C. B. (Org.). A família em debate.* São Paulo: Educ, 2005.

VOLPI, Mário (org.). **O adolescente e o ato infracional.** São Paulo. Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Pobreza e exclusão social: expressão da questão social no Brasil. *In: Temporális* 3. jan/jun. Brasília, 2001, p. 33-40.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020